



**UNIDOS SOMOS
MAIS FORTES!**

**ORGANIZA-TE!
SINDICALIZA-TE!**

fpsnacional.pt



FEDERAÇÃO REUNIU COM O GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA SOBRE A **TRANSIÇÃO PARA A CARREIRA DE INSPEÇÃO VETERINÁRIA**

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais reuniu, no passado dia 11 de março, com a Chefe e com a Jurista do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, com o objetivo de obter esclarecimentos acerca do processo de transição dos trabalhadores com funções de inspeção veterinária para a Carreira de Inspeção Veterinária, por forma a garantir que os trabalhadores, que agora se encontram em funções inspetivas, não sejam penalizados.

A Federação, colocou um conjunto de preocupações relativamente aos trabalhadores com funções de inspeção veterinária e suscitadas pelo Decreto-Lei nº 141/2019, que passam pela revisão necessária do diploma no que à carreira de Inspeção Veterinária respeita, para além das preocupações que assolam o universo dos trabalhadores da DGAV e que passam pela melhoria das suas condições de trabalho, no global.

A Federação observou que é urgente a revisão e valorização da Carreira de Inspeção Veterinária, bem como é urgente a criação da Carreira de Inspeção Fitossanitária e da Carreira de Apoio à Inspeção.

Considera esta Federação, que é essencial a valorização salarial e profissional dos trabalhadores que venham a integrar estas carreiras.

Foi, ainda, salientada a premente correção/revisão da redação do Artigo 34º, do Decreto-Lei nº 141/2019, de 19 de setembro, referente ao domicílio necessário (profissional), pois constitui um ato ardiloso e uma afronta para os trabalhadores da DGAV e em nada abona a entidade empregadora.

Face ao atual quadro político com a queda do Governo, considera esta Federação, que é urgente a clarificação e definição das regras de transição claras para a Carreira de Inspeção Veterinária, de modo a que os trabalhadores não vejam defraudadas as suas justas expetativas na integração na carreira inspetiva.

Foi assumido por parte do Gabinete que este tema seria levado ao conhecimento do Ministério das Finanças / Secretaria de Estado da Administração Pública para pronúncia.